

RASSEGNA LEGALE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

SET-DEZ

2024



EDITORIAL

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

EMPRESA ESTRANGEIRA NO BRASIL

PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA DO ITCMD

GOVERNOS INICIAM VERIFICAÇÃO DE IMAGENS IA

CONDOMÍNIOS SUSTENTÁVEIS: A TENDÊNCIA ESG

REGISTRO DE MARCA

FALÊNCIA DE CLUBE DE FUTEBOL

PUBLICIDADE E ESG

RESIDÊNCIA FISCAL: TRATADO ENTRE BRASIL-ITÁLIA

VENTURE CAPITAL E SUSTENTABILIDADE



VICENTE BAGNOLI
Presidente do CoJur

No ano em que se celebra os 150 anos da imigração italiana ao Brasil, o Comitê Jurídico da Italcam (CoJur) promoveu em novembro o Road Show Italia 2024 para o lançamento da “Rassegna Giuridica per le Opportunità d’Affari in Brasile”.

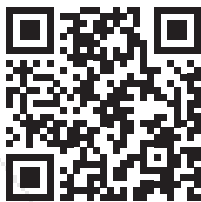
A “Rassegna Giuridica”, publicada em italiano e inglês, é um ferramental de oportunidade de negócios aliado à segurança jurídica que apresenta temas jurídicos relevantes para quem pretende investir e expandir seus negócios no Brasil. Em seus 47 artigos, o leitor encontra temas relacionados à empresarial, trabalho, concorrencial, imobiliário, mediação e arbitragem, tributário, esportivo, propriedade intelectual, patrimonial, ambiental, social e governança. Em cada artigo o leitor encontrará o autor ou autores e os seus respectivos emails, caso queira aprofundar as discussões. O QRCode abaixo possibilita o acesso a Rassegna Giuridica.

O Road Show percorreu 3 cidades italianas com uma delegação de aproximadamente 50 membros. O lançamento foi em Roma na Embaixada do Brasil. Ainda em Roma realizou-se o evento “Panorama Giuridico delle Imprese in Brasile” na Corte di Cassazione e promovido pela “Ordine degli Avvocati di Roma”. Em Milão a Rassegna foi apresentada na “Camera di Commercio” com o apoio da Promos Italia. Também em Milão a delegação do CoJur foi recebida no Tribunale pela “Ordine degli Avvocati di Milano” para uma visita institucional. O encerramento foi em Treviso na “Camera di Commercio” com o apoio da Venice Promex.

As oportunidades criadas no Road Show e as amizades estabelecidas coroam o ano do CoJur e sinalizam um 2025 promissor.

Nesta edição da Rassegna Legale o leitor tem nove artigos que abordam diferentes temas de interesse empresarial e da sociedade, tais como registro de marca, residência fiscal, falência de clube de futebol e empresa estrangeira no Brasil.

A todos, os sinceros votos de um Santo Natal e um próspero 2025!



Nel anno in cui si celebrano i 150 anni dell’immigrazione italiana in Brasile, il Comitato Giuridico di Italcam (CoJur) ha promosso, nel mese di novembre, il Road Show Italia 2024 per il lancio della “Rassegna Giuridica per le Opportunità d’Affari in Brasile”.

La “Rassegna Giuridica”, pubblicata in italiano e inglese, rappresenta uno strumento per favorire le opportunità di affari, unito alla sicurezza giuridica, e presenta temi legali rilevanti per chi intende investire ed espandere le proprie attività in Brasile. Nei suoi 47 articoli, il lettore può approfondire temi legati a diritto societario, lavoro, concorrenza, immobiliare, mediazione e arbitrato, tributario, sportivo, proprietà intellettuale, patrimoniale, ambientale, sociale e governance. In ogni articolo sono indicati l’autore o gli autori con i rispettivi indirizzi e-mail, per chi desidera approfondire le discussioni. Il QRCode qui sotto consente l’accesso diretto alla Rassegna Giuridica.

Il Road Show ha toccato 3 città italiane con una delegazione composta da circa 50 membri. Il lancio è avvenuto a Roma presso l’Ambasciata del Brasile. Sempre a Roma si è svolto l’evento “Panorama Giuridico delle Imprese in Brasile” presso la Corte di Cassazione, promosso dall’Ordine degli Avvocati di Roma. A Milano la Rassegna è stata presentata presso la Camera di Commercio con il supporto di Promos Italia. Sempre a Milano, la delegazione del CoJur è stata accolta presso il Tribunale dall’Ordine degli Avvocati di Milano per una visita istituzionale. La chiusura dell’evento si è svolta a Treviso, presso la Camera di Commercio, con il supporto di Venice Promex.

Le opportunità create durante il Road Show e le relazioni costruite suggellano un anno di successo per il CoJur e anticipano un promettente 2025.

In questa edizione della Rassegna Legale, il lettore troverà nove articoli che trattano diversi temi di interesse per il mondo imprenditoriale e la società, come la registrazione del marchio, la residenza fiscale, la bancarotta di un club calcistico e l’attività di un’impresa straniera in Brasile.

A tutti i nostri migliori auguri di un Santo Natale e di un prospero 2025!



APOIO



BCO

ACCOUNTING | TAX | OUTSOURCING

Chiarottino
& Nicoletti

ADVOGADOS

**KL
A**



L.O. BAPTISTA



**PEDUTI
ADVOGADOS**

PROPRIEDADE INTELECTUAL

www.peduti.com.br

SOUZA DANTAS

ADVOCACIA

**Stüssi-Neves
Advogados**



EMPRESA ESTRANGEIRA NO BRASIL

Atuação de empresa estrangeira no Brasil e sua representação

O Supremo Tribunal Federal do Brasil, recentemente, determinou a suspensão do funcionamento da rede social X, antigo Twitter, no território nacional, em razão do descumprimento de decisões judiciais, e ordenou a indicação de um representante legal no país. Esta determinação nos remete à atuação das empresas estrangeiras no Brasil, que trataremos brevemente neste artigo.

A atuação de uma empresa estrangeira no Brasil pode se dar de forma direta, por meio da abertura de um estabelecimento no Brasil, ou indireta, através da constituição de uma sociedade com sede no país, da qual a empresa estrangeira detém participação societária.

Em caso de atuação direta, a empresa estrangeira deverá, para funcionar e exercer suas atividades no Brasil, obter autorização do Poder Executivo e promover inscrição no registro do comércio e no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Deve, ainda, manter um procurador residente no Brasil com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial no país.

Na aquisição de participação societária no Brasil pela empresa estrangeira também é exigida a constituição de um procurador residente no país, com poderes para receber citação judicial e para representar a empresa estrangeira perante a Receita Federal, e a sua inscrição no CNPJ.

Qualquer que seja a forma de atuação escolhida pela empresa estrangeira, é muito importante que sejam observados os requisitos exigidos pela legislação brasileira quanto à sua representação no país.



ELOISA KOMESSU
ekomessu@ttlaw.com.br

IMPRESA STRANIERA IN BRASILE

Attività di impresa straniera in Brasile e la sua rappresentanza

Recentemente, la Corte Suprema Federale del Brasile ha determinato la sospensione del funzionamento del social network X, ex Twitter, sul territorio nazionale, a causa del mancato rispetto delle decisioni giudiziarie, ordinando la nomina di un rappresentante legale nel paese. Questa disposizione ci riporta all'attività delle imprese straniere in Brasile, che tratteremo brevemente in questo articolo.

L'operatività di un'impresa straniera in Brasile può avvenire in modo diretto, con l'apertura di sede in Brasile, o in modo indiretto, con la costituzione di società con sede nel paese, di cui l'impresa straniera detiene una partecipazione.

In caso di operatività diretta, per operare ed esercitare le proprie attività in Brasile, l'impresa straniera dovrà ottenere l'autorizzazione del Governo e procedere all'iscrizione nel Registro Imprese e nel CNPJ (Albo delle Persone Giuridiche). Dovrà inoltre mantenere un procuratore residente in Brasile con poteri per risolvere qualsiasi questione e ricevere notifiche nel paese.

In caso di acquisizione di partecipazione in Brasile dall'impresa straniera, è altresì richiesta la nomina di un procuratore residente nel paese, con poteri per ricevere notifiche e rappresentare l'impresa straniera presso la Receita Federal, oltre alla sua iscrizione al CNPJ.

Qualunque sia la forma di operatività scelta dall'impresa straniera, è molto importante che vengano rispettati i requisiti previsti dalla legislazione brasiliana riguardo alla rappresentanza nel paese.



MARIA GRAZIELA EGYDIO DE CARVALHO MENDES FERNANDES
mfernandes@ttlaw.com.br



CAROLINA BANDEIRA MARTINS
cmartins@ttlaw.com.br

PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA DO ITCMD

Oportunidade de planejamento patrimonial diante da progressividade do ITCMD proposta no Estado de São Paulo

Com a aprovação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional em 2023, a progressividade do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD) passou a ser exigida constitucionalmente, o que significa que deixará de existir uma alíquota, devendo os Estados adotarem alíquotas progressivas, de acordo com valores envolvidos na doação e na herança.

Diante disso, em 02/02/2024, foi apresentado, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei nº 7/2024, instituindo alíquotas progressivas de 2% a 8% do ITCMD (em substituição à alíquota fixa vigente de 4%), de acordo com as seguintes faixas do valor transmitido:

Base de cálculo (UFESP)	%	Valor Unitário UFESP - 2024
Até R\$ 353.600,00	2%	R\$ 35,36
De R\$ 353.600,01 a R\$ 3.005.600,00	4%	
De R\$ 3.005.600,01 a R\$ 9.900.800,00	6%	
Acima de R\$ 9.900.800,01	8%	

*os valores acima serão atualizados anualmente de acordo com o valor da UFESP.

Caso o projeto seja aprovado em 2024, seus efeitos serão válidos a partir de 2025.

Dessa forma, é importante que os contribuintes analisem os impactos financeiros dessa tributação majorada sobre as doações para, preventivamente, analisarem o interesse e a conveniência de estruturarem, o quanto antes, um planejamento patrimonial e sucessório mais eficiente.

PROGRESSIVIDADE DELL'ALIQUOTA DELL'IMPOSTA DI TRASMISSIONE CAUSA MORTIS E DONAZIONE (ITCMD)

Opportunità di pianificazione patrimoniale in virtù della progressività dell'Imposta di Trasmissione Causa Mortis e Donazione (ITCMD) proposta nello Stato di São Paulo

Con l'approvazione della Riforma Tributaria da parte del Congresso Nazionale nel 2023, la progressività dell'Imposta sulla Trasmissione Causa Mortis e Donazione di Quasiquali Bene e Diritto (ITCMD) è diventata una richiesta costituzionale, il che significa che non esisterà più un'aliquota unica, ma gli Stati dovranno adottare aliquote progressive in base ai valori coinvolti nella donazione e nell'eredità.

In virtù di ciò, il 02/02/2024, è stato presentato all'Assemblea Legislativa dello Stato di São Paulo, il Disegno di Legge di n. 7/2024, istituendo aliquote progressive dal 2% all'8% dell'Imposta sulla Trasmissione Causa Mortis e Donazione (ITCMD) (in sostituzione dell'attuale aliquota fissa del 4%), in base alle seguenti fasce del valore trasmesso:

Base di calcolo (Unità Fiscali dello Stato di São Paulo)	%	Valore Unità Fiscali dello Stato di São Paulo (UFESP) - 2024
Até R\$ 353.600,00	2%	R\$ 35,36
De R\$ 353.600,01 a R\$ 3.005.600,00	4%	
De R\$ 3.005.600,01 a R\$ 9.900.800,00	6%	
Acima de R\$ 9.900.800,01	8%	

*I valori sopra indicati saranno aggiornati annualmente in base al valore dell'Unità Fiscale dello Stato di São Paulo (UFESP).

Pertanto, è importante che i contribuenti analizzino gli impatti finanziari di questa tassazione aumentata sulle donazioni per valutare preventivamente l'interesse e la convenienza di strutturare il prima possibile una pianificazione patrimoniale e successoria più efficiente.

GOVERNOS INICIAM VERIFICAÇÃO DE IMAGENS IA



CESAR PEDUTI FILHO
cesar.peduti@peduti.com.br



ENZO TOYODA COPPOLA
enzo.coppola@peduti.com.br

Governos de diversos países estão estudando ferramentas para verificar a autenticidade de imagens manipuladas por inteligência artificial. Na Alemanha, o governo considera formas de pressionar plataformas de mídia social a adotar tecnologias que identifiquem quando uma imagem foi alterada digitalmente.

Segundo o chefe de política digital do Ministério Federal de Digital e Transportes, ainda é cedo para falar em obrigatoriedade, mas já se discutiu o tema com empresas especializadas em autenticação de imagens. A proposta provavelmente precisará ser coordenada pela União Europeia (UE) para ter maior alcance.

A ideia é que as imagens autenticadas possuam metadados especiais que indiquem se foram manipuladas, diferente das marcas d'água, que estampam imagens geradas artificialmente. Essa iniciativa visa conter a disseminação de desinformação, que tem se intensificado com o uso de *deepfakes* e manipulações digitais nas redes sociais.

A União Europeia já implementou a Lei de Serviços Digitais, que exige que grandes plataformas controlem a circulação de conteúdos enganosos e de ódio, além de atividades terroristas. Mesmo assim, conteúdos falsos gerados por IA ainda representam desafios.

Exemplos incluem *deepfakes* em campanhas de influência e a apropriação de identidades de influenciadores para espalhar mensagens políticas. Redes como TikTok, Instagram e Facebook, já exigem rótulos para conteúdos gerados por IA e começaram a implementar sistemas de identificação para auxiliar usuários.

I GOVERNI INIZIANO LA VERIFICA DELL'IA.

I governi di diversi paesi stanno studiando come verificare l'autenticità delle immagini manipolate dall'IA. In Germania, il governo sta valutando la possibilità di esercitare pressioni sulle piattaforme di social media affinché adottino tecnologie in grado di identificare quando un'immagine è stata alterata digitalmente.

Secondo il responsabile della politica digitale del Ministero federale del digitale e dei trasporti è troppo presto per parlare di obbligatorietà, ma ha discusso l'argomento con aziende specializzate nell'autenticazione delle immagini. La proposta dovrà probabilmente essere coordinata dall'Unione Europea (UE) per avere una portata maggiore.

*L'idea è che le immagini autentiche abbiano metadati speciali che indicano se sono state manipolate, a differenza delle filigrane. Questa iniziativa mira a contenere la diffusione della disinformazione, che si è intensificata con l'uso di *deepfake* e manipolazioni digitali.*

L'Unione Europea ha già implementato la legge sui servizi digitali, imponendo alle grandi piattaforme di controllare la circolazione di contenuti fuorvianti, di odio e di attività terroristiche. Anche così, i falsi contenuti generati dall'IA pongono ancora delle sfide.

*Includere i *deepfake* nelle campagne degli influencer e l'appropriazione delle identità degli influencer per diffondere messaggi politici. TikTok, Instagram e Facebook richiedono già contenuti generati dall'intelligenza artificiale e hanno implementato sistemi di identificazione.*

CONDOMÍNIOS SUSTENTÁVEIS: A TENDÊNCIA ESG



MARILEN AMORIM FONTANA
marilen@amorimfontana.com

Iniciativas que transformam a cultura e valorizam o patrimônio

O planeta está em constante evolução e o setor empresarial acompanha esse ritmo. Cada vez mais, empresas de diferentes segmentos estão adotando o conceito ESG (Meio Ambiente, Social e Governança), abraçando a sustentabilidade como parte essencial de suas estratégias.

Os condomínios acompanham esta tendência por meio da aplicação de práticas sustentáveis que demonstram o compromisso com o planeta e que devem ganhar ainda mais força na agenda condominial. Envolve zelo pela preservação da biodiversidade, da governança, da ética e da inovação, em busca da melhoria contínua para a construção de um futuro melhor.

A depender do perfil do condomínio, algumas ações práticas são: instalação de placas de energia solar, instalação de sistema para captação e reuso da água da chuva, utilização de lâmpadas LED, implantação de coleta seletiva, promoção da diversidade, adoção de políticas de inclusão social, melhora das relações de trabalho, justiça social, transparência, ética, cidadania, valorização dos colaboradores por meio da criação de boas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos processos internos e implementação de programas como compliance e privacidade e proteção de dados.

As vantagens são muitas. Além do aspecto educacional e de ser gratificante morar em um condomínio sustentável, haverá maior economia, maior segurança, maior retenção de talentos, maior produtividade dos funcionários, melhora na qualidade de vida das pessoas que ali habitam, melhora na reputação do condomínio e uma valorização do patrimônio.

STABILI SOSTENIBILI: LA TENDENZA ESG

Iniziative che trasformano la cultura e valorizzano il patrimonio

Il pianeta è in costante evoluzione e il settore imprenditoriale segue questo ritmo. Sempre di più, le aziende di diversi segmenti stanno adottando il concetto ESG (Ambientale, Sociale e di Governance), abbracciando la sostenibilità come parte essenziale delle loro strategie.

Gli stabili seguono questa tendenza con l'applicazione di pratiche sostenibili che dimostrano l'impegno verso il pianeta e che prenderanno ancora più forza nello scenario condominiale. Comprendono la cura per la preservazione della biodiversità, della governance, dell'etica e dell'innovazione, cercando il costante miglioramento per la costruzione di un futuro migliore.

A seconda del profilo dello stabile, alcune azioni pratiche sono: installazione di pannelli fotovoltaici, installazione di sistema per il recupero e riutilizzo dell'acqua piovana, utilizzo di lampade LED, impianti per la raccolta selettiva, promozione della diversità, adozione di politiche di inclusione sociale, miglioramento delle relazioni di lavoro, giustizia sociale, trasparenza, etica, cittadinanza, valorizzazione dei collaboratori a mezzo della creazione di buone condizioni di lavoro, perfezionamento dei processi interni e implementazione di programmi come compliance e privacy e protezione dati.

Sono tanti i vantaggi. Oltre l'aspetto educazionale e dell'essere gratificante vivere in uno stabile sostenibile, ne risulterà maggior economia, più sicurezza, più ritenzione di talenti, maggior produttività dei dipendenti, miglioramento della qualità della vita delle persone che vi abitano, miglior reputazione dello stabile e la valorizzazione del patrimonio.



DANIELA FAVARETTO
dfavaretto@chiarottino.com.br



RODRIGO D'AVILA MARIANO
rdavila@chiarottino.com.br

REGISTRO DE MARCA

A importância do registro de marca no Brasil e seus benefícios

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, “Marca é todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas.”

A Lei nº 9.279/96 regula toda a matéria relativa à propriedade industrial incluindo, marcas (desde condições de registro, até eventual nulidade). O nosso sistema é “atributivo de direito”, ou seja, a propriedade/uso exclusivos somente são adquiridos, em regra, pelo registro (exceto se alguém, em boa-fé, já utilizava, na data da prioridade ou depósito, há pelo menos 6 meses, marca idêntica/semelhante, para distinguir/certificar produto/serviço idêntico, semelhante ou afim).

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, responsável pelo registro de marcas, adota o sistema internacional de classificação, com 45 classes. Ao receber um pedido de registro, o INPI abre prazo para que terceiros se manifestem contra ele. Se a marca é concedida, o registro passa a vigorar por sucessivos períodos de 10 anos, válido em todo o território nacional.

Incontáveis exemplos mostram que uma marca pode tornar-se o principal ativo de uma empresa, viabilizando inúmeras oportunidades de negócio e geração de receitas. Portanto, para se ter exclusividade e gozar de proteção legal sobre uma marca, podendo impedir que terceiros a utilizem indevidamente e, assim, poder explorá-la economicamente na maior extensão possível, é imprescindível ter a preocupação de registrá-la o quanto antes possível.

REGISTRO DEL MARCHIO

L'importanza della registrazione del marchio in Brasile e i suoi benefici

Secondo l'ordinamento giuridico brasiliano, “Il marchio è ogni segno distintivo, visivamente percepibile, che identifica e distingue prodotti e servizi, nonché certifica la conformità degli stessi a determinate norme o specifiche tecniche.”

La Legge n. 9.279/96 regola tutta la materia relativa alla proprietà industriale, incluse le marche (dalle condizioni di registrazione fino a eventuali nullità). Il nostro sistema è “attributivo di diritto”, ossia la proprietà/uso esclusivi si acquisiscono, in linea di massima, mediante registrazione (eccetto se qualcuno, in buona fede, utilizzava già, alla data di priorità o deposito, da almeno 6 mesi, un marchio identico/simile, per distinguere/certificare un prodotto/servizio identico, simile o affine).

L'Istituto Nazionale della Proprietà Industriale – INPI, responsabile della registrazione dei marchi, adotta il sistema internazionale di classificazione, con 45 classi. Alla ricezione di una richiesta di registrazione, l'INPI apre un termine affinché terzi possano opporsi ad essa. Se il marchio viene concesso, la registrazione entra in vigore per successivi periodi di 10 anni, valida su tutto il territorio nazionale.

Innumerevoli esempi mostrano che un marchio può diventare il principale attivo di un'azienda, abilitando innumerevoli opportunità di business e generazione di ricavi. Pertanto, per avere esclusività e godere di protezione legale su un marchio, potendo impedire a terzi di utilizzarlo indebitamente e, così, poterlo sfruttare economicamente nella massima estensione possibile, è imprescindibile preoccuparsi di registrarlo il prima possibile.

ARTIGO

FALÊNCIA DE CLUBE DE FUTEBOL

Faremos no Brasil como se faz na Itália?

Historicamente, os clubes de futebol brasileiros, organizados como associações civis, estavam imunes à falência, que se aplicava apenas a empresários. Agora, com Lei da Sociedade Anônima do Futebol, abertas as portas da recuperação judicial aos clubes, o risco de falência passou a ser concreto: por decisão dos credores ou por descumprimento de obrigações, a recuperação pode ser convalidada em falência.

Com tantos clubes em recuperação judicial, a falência inevitavelmente chegará ao futebol.

A falência não implica no encerramento automático das atividades. O administrador judicial decide sobre a continuidade parcial ou total dos negócios, visando maximizar o valor da futura venda. No futebol, isso significaria a gestão provisória do clube até sua alienação.

Não há, na lei ou nas normas da CBF, regulamentação específica. O Estatuto da Federação Paulista, diferentemente outras federações, prevê que a Diretoria pode (aparentemente, a seu exclusivo critério) desfilializar clubes falidos ou em recuperação judicial. Já na Itália, as normas da FIGC preveem a desfiliação do falido, mas autorizam a manutenção dos direitos se houver continuidade das atividades durante a falência, com alienação dos ativos a terceiros que estejam aptos a manter a filiação.

Não parece haver óbice para que o mesmo modelo seja adotado no Brasil, permitindo ao administrador judicial manter o clube ativo até sua alienação a terceiros, que assumiriam a integralidade dos bens e direitos do clube falido, incluídos o nome, o escudo, o patrimônio imobiliário e o direito de filiação e disputa.



GERALDO FONSECA
geraldofva@adv.br



RENATO OTTAVIANI
renato.ottaviani@fva.adv.br

FALLIMENTO DI UN CLUB DI CALCIO

Faremo in Brasile come si fa in Italia?

Storicamente, i club di calcio brasiliani, organizzati come associazioni civili, erano immuni al fallimento, che si applicava solo agli imprenditori. Ora, con la Legge della Società Anonima del Calcio, le porte della ristrutturazione giudiziaria si sono aperte ai club e il rischio di fallimento è diventato concreto: per decisione dei creditori o per inadempimento delle obbligazioni, la ristrutturazione può essere convertita in fallimento.

Con così tanti club in ristrutturazione giudiziaria, il fallimento inevitabilmente arriverà nel calcio.

Il fallimento (adesso, in Italia, "liquidazione") non implica la chiusura automatica delle attività. Il curatore fallimentare decide sulla continuità parziale o totale delle attività, con l'obiettivo di massimizzare il valore della futura vendita. Nel calcio, ciò significherebbe la gestione provvisoria del club fino alla sua alienazione.

Non esiste una regolamentazione specifica nella legge o nelle norme della CBF. Lo Statuto della Federazione Paulista, a differenza di altre federazioni, prevede che la Direzione possa (apparentemente a sua discrezione) disaffiliare club falliti o in ristrutturazione giudiziaria. In Italia, invece, le norme della FIGC prevedono la disaffiliazione del fallito, ma autorizzano il mantenimento dei diritti se vi è continuità delle attività durante il fallimento, con cessione degli attivi a terzi in grado di mantenere l'affiliazione.

Non sembra esserci alcun ostacolo affinché lo stesso modello venga adottato in Brasile, consentendo al curatore fallimentare di mantenere il club attivo fino alla sua alienazione a terzi, che assumerebbero la totalità dei beni e dei diritti del club fallito, inclusi il nome, lo stemma, il patrimonio immobiliare e il diritto di affiliazione e partecipazione alle competizioni.



FLÁVIA DO CANTO
flavia.docanto@soutocorrea.com.br



MARCELA BEATRIZ DE OLIVEIRA
marcela.oliveira@soutocorrea.com.br

PUBLICIDADE E ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE)

A importância da observância de normativas de defesa do consumidor nas publicidades da temática ESG

Em 2023 o Parlamento Europeu votou a favor da Diretiva relativa à diligência em matéria de sustentabilidade de empresas (Corporate Sustainability Due Diligence Directive UE). A Diretiva, que entra em vigor em 2024, impõe a necessidade de realização de auditoria (due diligence) nas cadeias produtivas de empresas com sede/ atividade na União Europeia, em matérias de direitos humanos e ambientais.

A temática ESG está em alta em todo o mundo. Em janeiro de 2024, uma entidade que promove a defesa do consumidor nos Estados Unidos moveu uma ação contra a Starbucks na Corte Superior de Columbia alegando publicidade enganosa da companhia. Advoga-se no pleito que as embalagens de alguns produtos Starbucks estampam frases que refletem seu comprometimento com o fornecimento de café 100% ético em sua cadeia produtiva, quando, na verdade, há indícios de trabalho escravo em algumas fazendas que fornecem sua matéria-prima.

O caso reflete, portanto, não só a importância da due diligence na cadeia produtiva para fins de ESG, mas também, para evitar que se utilize do apelo da temática para impulsionar vendas.

No Brasil, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) é a principal legislação que protege os direitos dos consumidores e combate a publicidade enganosa. O CDC estabelece que toda informação fornecida ao consumidor deve ser clara, precisa e verdadeira. A normativa dispõe a publicidade enganosa como uma prática que visa induzir o consumidor ao erro, pela apresentação de informações falsas ou omissão de informações importantes sobre um produto ou serviço. A prática é considerada ilegal e abusiva, pois prejudica o consumidor e distorce a concorrência no mercado de consumo.

PUBBLICITÀ E ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE)

L'importanza di rispettare le norme di tutela dei consumatori nella pubblicità ESG

Nel 2023, il Parlamento europeo ha votato a favore della Direttiva sulla due diligence di sostenibilità delle imprese (Corporate Sustainability Due Diligence Directive UE). La Direttiva, che entrerà in vigore nel 2024, impone la necessità di effettuare una due diligence sulle catene di produzione delle aziende che hanno sede/operano nell'Unione Europea, in termini di diritti umani e ambiente.

Le questioni ESG sono popolari in tutto il mondo. Nel gennaio 2024, un'organizzazione che promuove la tutela dei consumatori negli Stati Uniti ha intentato una causa contro Starbucks presso la Columbia Superior Court, sostenendo che l'azienda è impegnata in una pubblicità ingannevole. La causa sostiene che la confezione di alcuni prodotti Starbucks riporta frasi che riflettono il suo impegno in fornire caffè etico al 100% nella sua catena di produzione, mentre in realtà esistono prove di lavoro in condizioni di schiavitù in alcune delle fattorie che forniscono le materie prime.

Il caso riflette quindi non solo l'importanza della due diligence nella catena di produzione ai fini ESG, ma anche di evitare di sfruttare l'attrattiva del tema per incrementare le vendite.

In Brasile, il Codice di Difesa del Consumatore (CDC) è la principale normativa che tutela i diritti dei consumatori e combatte la pubblicità ingannevole. Il CDC stabilisce che tutte le informazioni fornite ai consumatori devono essere chiare, accurate e vere. Definisce la pubblicità ingannevole come una pratica che mira a fuorviare i consumatori presentando informazioni false o omettendo informazioni importanti su un prodotto o un servizio. Questa pratica è considerata illegale e abusiva, in quanto danneggia il consumatore e distorce la concorrenza nel mercato dei consumi.





WALTHER BOTTARO
wbottaro@bccco.com.br



BRUNO CASTRO
bcastro@bccco.com.br

RESIDÊNCIA FISCAL: COMO O TRATADO ENTRE BRASIL-ITÁLIA INFLUENCIA A SUA DETERMINAÇÃO

Com a crescente mobilidade entre Brasil e Itália, impulsionada por ítalo-brasileiros que obtiveram reconhecimento da cidadania italiana, muitos enfrentam desafios fiscais durante a transferência. Nesse cenário, o tratado assinado em 1978 entre os dois países serve como guia essencial para evitar a dupla tributação

O Artigo 4 do tratado estabelece as regras para a identificação da residência fiscal, aplicáveis de forma hierárquica, ou seja, se um critério não resolve a questão da residência, o próximo é aplicado:

- O país onde a pessoa possui uma habitação permanente.
- O país com o qual ela tem laços pessoais e econômicos mais estreitos, o chamado centro de interesses vitais.
- O país onde a pessoa reside habitualmente.
- A nacionalidade.

No caso de dupla nacionalidade, as autoridades fiscais dos dois países devem resolver a questão em comum acordo.

É essencial notar que o acordo prevalece sobre as legislações locais; no entanto, mesmo se considerado não residente, é necessário cumprir com as obrigações fiscais locais, como por exemplo no Brasil é necessário notificar os pagadores de rendimentos para que as retenções adequadas sejam aplicadas, ou no caso italiano, onde é prevista a possibilidade de declaração de rendimentos para não residentes.

É importante destacar que, após definido qual o país de residência fiscal, ambos os países exigem de seus residentes fiscais a declaração de todos os bens e rendimentos, independentemente do local de origem e a tributação deve ocorrer conforme previsto pelo tratado.

RESIDENZA FISCALE: COME IL TRATTATO ITALIA-BRASILE INFLUENZA LA SUA DETERMINAZIONE

Con la crescente mobilità tra Brasile e Italia, spinta da italo-brasiliani che hanno ottenuto il riconoscimento della cittadinanza italiana, molti affrontano sfide fiscali durante il loro trasferimento. In questo contesto, il trattato firmato nel 1978 tra i due paesi funge da guida essenziale per evitare la doppia imposizione.

L'articolo 4 del trattato stabilisce le regole per l'individuazione della residenza fiscale, applicabili in maniera gerarchica, ovvero se un criterio non risolve la questione della residenza, si applica quello successivo:

- Il paese dove la persona possiede un'abitazione permanente.
- Il paese con cui ha i legami personali ed economici più stretti, il cosiddetto centro degli interessi vitali.
- Il paese in cui la persona risiede abitualmente.
- La nazionalità.

Nel caso di doppia nazionalità, le autorità fiscali dei due paesi devono risolvere la questione di comune accordo.

È essenziale notare che l'accordo prevale sulle legislazioni locali; tuttavia, anche se considerato non residente, è necessario adempiere agli obblighi fiscali locali, come ad esempio in Brasile è necessario notificare ai pagatori di redditi affinché vengano applicate le ritenute appropriate, o nel caso italiano, dove è prevista la possibilità di dichiarazione dei redditi per i non residenti.

È importante sottolineare che, una volta definito il paese di residenza fiscale, entrambi i paesi richiedono ai loro residenti fiscali la dichiarazione di tutti i beni e redditi, indipendentemente dal luogo di origine, e la tassazione deve avvenire secondo quanto previsto dal trattato.



MARIA ELISA PARENTE
mep@baptista.com.br

VENTURE CAPITAL E SUSTENTABILIDADE

Na última década, o venture capital tem passado por uma transformação significativa, impulsionada pela crescente demanda por práticas sustentáveis. Investidores estão cada vez mais atentos aos critérios ESG (Environmental, Social, and Governance), que agora desempenham um papel crucial na avaliação de startups. Este movimento não apenas reflete uma mudança de valores, mas também uma resposta às exigências do mercado e dos consumidores por soluções mais responsáveis.

Para as startups, isso representa uma oportunidade única de se destacar. Inovações em tecnologias limpas, energias renováveis e soluções de economia circular estão atraindo capital como nunca antes. Startups que conseguem alinhar suas operações com práticas sustentáveis não apenas se tornam mais atraentes para investidores, mas também se posicionam melhor para enfrentar desafios futuros.

No entanto, o caminho não é isento de desafios. Startups precisam equilibrar a sustentabilidade com a rentabilidade, enfrentando dilemas sobre como crescer de forma responsável. Além disso, as regulamentações governamentais podem tanto facilitar quanto complicar o acesso a capital, dependendo de como são estruturadas.

Casos de sucesso, como empresas que escalaram rapidamente com foco em sustentabilidade, oferecem lições valiosas. Elas demonstram que é possível prosperar no mercado atual, desde que haja um compromisso genuíno com práticas sustentáveis.

O futuro do venture capital parece promissor, com previsões de que o foco em sustentabilidade continuará a crescer. Investidores e empreendedores têm a oportunidade de colaborar para moldar um futuro mais sustentável, onde o sucesso financeiro e a responsabilidade ambiental caminham lado a lado.

VENTURE CAPITAL E SOSTENIBILITÀ

Sfide e opportunità per le startup nell'era della sostenibilità e degli investimenti ESG.

Nell'ultimo decennio, il venture capital ha subito una trasformazione significativa, spinta dalla crescente domanda di pratiche sostenibili. Gli investitori sono sempre più attenti ai criteri ESG (Environmental, Social, and Governance), che ora svolgono un ruolo cruciale nella valutazione delle startup. Questo movimento non solo riflette un cambiamento di valori, ma anche una risposta alle esigenze del mercato e dei consumatori per soluzioni più responsabili.

Per le startup, ciò rappresenta un'opportunità unica per distinguersi. Innovazioni in tecnologie pulite, energie rinnovabili e soluzioni di economia circolare stanno attirando capitali come mai prima. Le startup che riescono ad allineare le loro operazioni con pratiche sostenibili non solo diventano più attraenti per gli investitori, ma si posizionano anche meglio per affrontare le sfide future.

Tuttavia, il percorso non è privo di sfide. Le startup devono bilanciare la sostenibilità con la redditività, affrontando dilemmi su come crescere in modo responsabile. Inoltre, le normative governative possono sia facilitare che complicare l'accesso al capitale, a seconda di come sono strutturate.

Casi di successo, come aziende che sono cresciute rapidamente con un focus sulla sostenibilità, offrono lezioni preziose. Dimostrano che è possibile prosperare nel mercato attuale, purché ci sia un impegno genuino verso pratiche sostenibili.

Il futuro del venture capital sembra promettente, con previsioni che indicano una continua crescita dell'attenzione verso la sostenibilità. Investitori e imprenditori hanno l'opportunità di collaborare per modellare un futuro più sostenibile, dove il successo finanziario e la responsabilità ambientale vanno di pari passo.





www.comunitaitaliana.com.br



Tenha acesso a conteúdo digital de qualidade no conforto da sua casa!



<<<<<<

Digital

145,00

[anual]

>>>>>

Impresso + Digital

396,00

[anual]

